



**LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

I - REGÊNCIA LEGAL: Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 e pelas disposições contidas neste Edital.

II ÓRGÃO SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SETOR DE FARMÁCIA

III - PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 193/2025 – **PROCESSO LICITATÓRIO:** Nº 068/2025

IV - MODALIDADE E NÚMERO DE ORDEM: PREGÃO ELETRÔNICO UASG: 988675 Nº 90.014/2025 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

V - TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VI - DISPONIBILIDADE DO EDITAL NA ÍNTEGRA: Setor de Licitações na Rua General João Antônio nº 1305, Sala 307, bairro Centro na cidade de São Vicente do Sul – RS, e nos links: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>
<http://saovicentodosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/>

VII - FINALIDADE DA LICITAÇÃO/OBJETO: Registro de preço para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento estoque da Farmácia Básica do Município de São Vicente do Sul/RS

VIII - VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO: 12 (doze) meses podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso (Art. 84 Lei 14.133/2021)

IX - PRAZO DE ENTREGA: em até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho/ordem de entrega.

X - FORMA DE PAGAMENTO: em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado

XI – DATA, HORÁRIO e LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: **04/04/2025** Horário: **09:00** (horário de Brasília).

Local **endereço eletrônico** <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

XII - HORÁRIO E LOCAL PARA ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:

Rua General João Antônio nº 1305 sala 307 São Vicente do Sul RS. CEP: 97420-000, das 8:00 às 14:00 horas, pelo telefone 0800.000.4377 Ramal 221, ou e-mail: licitacao@saovicentodosul.rs.gov.br

XIII – PUBLICAÇÕES EM 21/03/2025:

- Portal de Compras, endereço eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> - Portal Nacional de Contratações Públicas/PNCP - Jornal Cidades - Diário Oficial do Município, conforme Lei Municipal nº 5243/2015 (<http://saovicentodosul.rs.gov.br/site/category/publicacoes-legais/pregao-eletronico/>).

Renato Severo Elesbão
Diretor Geral de Licitações e Compras
Portaria nº 196/2021





SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SETOR DE FARMÁCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.014/2025
TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL (Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 7 de agosto de 2014 e Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 e alterações)

“Edital visando o Registro de preço para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento estoque da Farmácia Básica do Município de São Vicente do Sul/RS”

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DO SUL, no uso de suas atribuições, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **09:00 (Nove Horas)**, do dia **04/04/2025 (Quatro do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco)**, o pregoeiro e a equipe de apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 79/2024, de 27/06/2024, realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, visando o Registro de Preços para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento dos estoques da farmácia básica municipal, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014 assim como pelas condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

1. DO OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto o **Registro de preço para futura aquisição parcelada de medicamentos para abastecimento estoque da Farmácia Básica do Município de São Vicente do Sul/RS**, selecionando dentre os participantes a proposta considerada mais vantajosa, de acordo com os critérios estabelecidos no presente edital, conforme Termo de Referência – Anexo I e Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.

1.2. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas e padrões da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras aplicáveis ao objeto, em vigor (caso houver).

1.3. Deverá constar na embalagem os dados de identificação, procedência/fabricante, data de fabricação e validade (*não poderá ser inferior a 12 meses contados da data de entrega do produto relacionado a esta licitação*), número do lote e registro no Ministério da Saúde (sempre que houver), inclusive em embalagens fracionáveis.

1.4. **Em caso de divergência entre as especificações dos produtos/códigos CATMAT incluídas no endereço <https://www.comprasgovernamentais.gov.br> - SIASGnet e as deste edital, prevalecerão as constantes neste edital, TR Anexo I e Modelo de Proposta de Preços Anexo II deste edital:**

Item	Catmat	Descrição Produtos	Quantidade	Unidade	Valor Referência
1	448839	Acebrofilina 10 mg/mL xarope 120 mL	500	FR	12,99
2	345240	Acetato de Hidrocortisona 1% creme - Bisnaga 20 g	500	TB	8,17
3	267503	Ácido fólico 5 mg	30.000	CP	0,05
4	327566	Ácido tranexâmico 50 mg/ml solução injetável - Ampola 5ml	500	AMP	5,81
5	267504	Ácido valproico 250 mg	25.000	CP	0,39
6	308732	Ácido valproico 50 mg/mL xarope - Frasco 100 mL	1200	FR	6,26
7	281657	Ácidos graxos essenciais com vitamina A e E + lecitina de soja frasco com 100 mL loção oleosa hipoalergênica	300	FR	3,97
8	281657	Ácidos graxos essenciais com vitamina A e E + lecitina de soja	300	FR	5,06





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

		frasco com 200 mL loção oleosa hipoalergênica			
9	278281	Adenosina 3 mg/ml solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	14,40
10	276839	Água para injetáveis – Ampola 10 ml	2000	AMP	0,31
11	267507	Albendazol 40 mg/mL suspensão oral - Frasco 10 mL	500	FR	1,65
12	267506	Albendazol 400 mg - Embalagem fracionável conforme RDC - ANVISA 80/2006	2000	CP	0,52
13	269462	Alendronato de sódio 70 mg	1000	CP	0,34
14	267509	Alopurinol 300 mg	10.000	CP	0,35
15	292402	Aminofilina 24 mg/mL solução injetável IV Ampola 10 mL	500	FR	8,17
16	448841	Amoxicilina 50 mg/mL + Clavulanato de potássio 12,5mg/mL suspensão oral - Frasco 75 mL	1200	FR	24,26
17	271111	Amoxicilina 50 mg/mL suspensão oral 150 mL	1000	FR	6,84
18	271089	Amoxicilina 500 mg	10.000	CP	0,27
19	354315	Amoxicilina 875 mg + Clavulanato de potássio 125 mg	15.000	CP	3,12
20	267515	Ampicilina 500 mg	9000	CP	0,76
21	267140	Azitromicina (di-hidratada) 500 mg	9000	CP	0,94
22	268949	Azitromicina 40 mg/mL pó (600 mg), suspensão oral Frasco 15mL	1200	FR	7,88
23	268949	Azitromicina 40 mg/mL pó (900 mg) suspensão oral Frasco 22,5mL	1200	FR	9,90
24	270612	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000 UI pó para suspensão injetável com diluente - Frasco-Ampola	500	AMP	8,46
25	268222	Bicarbonato de sódio 8,4% solução injetável Ampola 10ml	500	AMP	0,99
26	269603	Bisacodil 5 mg	5000	CP	0,21
27	268331	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg/mL solução p/inalação Frasco 20 ml	500	FR	1,78
28	268332	Brometo de Ipratrópio 20 mcg/dose Frasco 120 doses spray oral	500	FR	34,56
29	269954	Bromoprida 10 mg	9000	CP	0,36
30	269956	Bromoprida 4 mg/mL gotas - Frasco 20 mL	400	FR	3,14
31	269958	Bromoprida 5 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	2,86
32	266706	Budesonida 32 mcg suspensão p/inalação nasal Frasco 120 doses	500	FR	13,01
33	270620	Butilbrometo de Escopolamina 10 mg+ Dipirona sódica 250 mg	12.000	CP	0,31
34	267282	Butilbrometo de Escopolamina 20 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	500	AMP	1,73
35	270621	Butilbrometo de escopolamina 4 mg/mL + Dipirona 500 mg/mL solução injetável - Ampola 5 mL	1000	AMP	2,13
36	270622	Butilbrometo de Escopolamina 6,67 mg/mL + Dipirona sódica 333,4 mg/mL gotas 20 mL	500	FR	6,81
37	270917	Cafeína 30 mg + Carisoprodol 125 mg + Diclofenaco sódico 50 mg + Paracetamol 300 mg	15.000	CP	0,30
38	267613	Captopril 25 mg	3000	CP	0,03
39	272454	Carbamazepina 20 mg/mL suspensão oral Frasco 100 ml	1500	FR	9,92
40	449010	Carbocisteína 20 mg/mL xarope - Frasco 100 ml	300	FR	5,91
41	449011	Carbocisteína 50 mg/mL xarope - Frasco 100 ml	300	FR	7,18
42	341978	Carbonato de cálcio 1250 mg (500 mg de cálcio elementar) - Comprimido em blister - (alimento ou medicamento)	20.000	CP	0,08
43	448610	Carbonato de cálcio 500 + colecalciferol 400 UI - Comprimido em blister - (alimento ou medicamento)	20.000	CP	0,08
44	396076	Carbonato de cálcio 600 + colecalciferol 400 UI - Comprimido em blister - (alimento ou medicamento)	20.000	CP	0,08
45	267621	Carbonato de lítio 300 mg	25.000	CP	0,32
46	267567	Carvedilol 25 mg	30.000	CP	0,20





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

47	331555	Cefalexina 50 mg/mL suspensão oral - Frasco 100 mL	500	FR	13,73
48	331555	Cefalexina 50 mg/mL suspensão oral - Frasco 60 mL	500	FR	9,91
49	267625	Cefalexina 500 mg	15.000	CP	0,81
50	460699	Cefalotina sódica 1 g, pó liofilizado para solução injetável IV/IM - Frasco/Ampola	500	AMP	6,41
51	450891	Ceftriaxona sódica 1 g + Lidocaína 1%, injetável IM frasco ampola	500	AMP	14,76
52	442701	Ceftriaxona sódica 1 g pó para solução injetável IM/IV - Frasco/Ampola	500	AMP	7,84
53	284113	Cetoconazol 20 mg/g + Dipropionato de Betametasona 0,5 mg/g crème - Bisnaga 30 g	500	TB	10,65
54	308736	Cetoconazol 20 mg/g creme dermatológico - Bisnaga 30 g	300	TB	3,79
55	448844	Cetoprofeno 100 mg pó para solução injetável EV - Frasco/Ampola	500	AMP	5,60
56	448845	Cetoprofeno 50 mg/mL solução injetável IM - Ampola 2 mL	500	AMP	1,97
57	271949	Citrato de Fentanila 50 mcg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	3,12
58	270118	Clonazepam 0,5 mg	8000	CP	0,08
59	270119	Clonazepam 2 mg	8000	CP	0,08
60	270120	Clonazepam 2,5 mg/mL gotas - Frasco 20 mL	1000	FR	2,65
61	272045	Clopidogrel 75 mg	35.000	CP	0,48
62	267161	Cloreto de potássio 10% injetável - Ampola 10 mL	500	AMP	0,71
63	437160	Cloreto de Sódio 0,9 % solução nasal sem conservante – Frasco Nasal 100 mL	500	FR	3,40
64	371273	Cloreto de sódio 0,9% - Flaconete 10 mL	500	FR	0,31
65	382563	Cloreto de sódio 10% injetável - Ampola 10 mL	500	AMP	0,41
66	267574	Cloreto de sódio 20% injetável - Ampola 10 mL	500	AMP	0,65
67	446263	Cloridrato de Ambroxol 6 mg/mL xarope - Frasco 120 mL	500	FR	5,63
68	267510	Cloridrato de Amiodarona 200 mg	30.000	CP	0,50
69	271710	Cloridrato de Amiodarona 50mg/mL solução injetável Ampola 3 mL	300	AMP	4,03
70	270140	Cloridrato de Biperideno 2 mg	30.000	CP	0,38
71	268994	Cloridrato de Bupropiona 150 mg	35.000	CP	0,56
72	331158	Cloridrato de Ciprofloxacino 3,5mg/ml solução oftálmica Frasco 5ml	300	FR	24,66
73	267632	Cloridrato de Ciprofloxacino 500 mg	15.000	CP	0,26
74	292419	Cloridrato de Clindamicina 150 mg/mL solução injetável 4 mL IV/IM	500	AMP	5,06
75	268436	Cloridrato de Clindamicina 300 mg	9000	CP	1,55
76	272043	Cloridrato de Clonidina 0,100 mg	1000	CP	0,49
77	272044	Cloridrato de Clonidina 0,150 mg	1000	CP	0,46
78	340206	Cloridrato de Clonidina 150mcg/ml (IT, EP, IV e IM) - Ampola 1ml	500	AMP	5,80
79	267638	Cloridrato de Clorpromazina 100 mg	9000	CP	0,43
80	267635	Cloridrato de Clorpromazina 25 mg	5000	CP	0,43
81	340207	Cloridrato de Clorpromazina 40 mg/ml solução oral Frasco 20ml	300	FR	9,01
82	268446	Cloridrato de Dobutamina 12,5 mg/mL solução injetável IV - Ampola 20 mL	500	AMP	6,52
83	268960	Cloridrato de Dopamina 5mg/mL solução injetável IV Ampola 10mL	500	AMP	3,22
84	272579	Cloridrato de Dorzolamida 20 mg/mL + Maleato de Timolol 5 mg/mL solução oftálmica - Frasco 5 mL	300	FR	35,08
85	272580	Cloridrato de Dorzolamida 20 mg/mL – frasco com 5 mL	300	FR	18,61
86	269846	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/g gel - Bisnaga 30 g	500	TB	5,44
87	269852	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/mL (2%) com vasoconstritor (hemitartrato de Epinefrina 1:200.000) solução injetável - Frasco	300	AMP	8,49





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

		ampola 20 mL			
88	269843	Cloridrato de Lidocaína 20 mg/mL sem vasoconstritor solução injetável - Frasco ampola 20 mL	500	AMP	6,27
89	273264	Cloridrato de Loperamida 2 mg	800	CP	0,22
90	443681	Cloridrato de Memantina 10 mg	5000	CP	0,24
91	267690	Cloridrato de Metformina 500 mg	25.000	CP	0,20
92	388796	Cloridrato de Metformina 500 mg – comprimido de liberação prolongada- (Glifage xr)	25.000	CP	0,68
93	267691	Cloridrato de Metformina 850 mg	90.000	CP	0,18
94	272320	Cloridrato de Metilfenidato 10 mg	10.000	CP	1,20
95	433691	Cloridrato de Metilfenidato 10 mg – comprimido de liberação prolongada	10.000	CP	2,91
96	267312	Cloridrato de Metoclopramida 4 mg/mL solução oral Frasco 10 mL	400	FR	2,08
97	267310	Cloridrato de Metoclopramida 5mg/mL solução injetável Ampola 2mL	800	AMP	0,92
98	268481	Cloridrato de Midazolam 5 mg/mL solução injetável Ampola 10 mL	500	AMP	3,42
99	268504	Cloridrato de Ondansetrona 2 mg/mL solução - Ampola 2 mL - IV	500	AMP	1,68
100	268505	Cloridrato de Ondansetrona 8 mg	10.000	CP	0,91
101	269389	Cloridrato de Prometazina 20mg/g creme dermatológico Bisnaga 30g	500	TB	5,93
102	267768	Cloridrato de Prometazina 25 mg	15.000	CP	0,20
103	267769	Cloridrato de Prometazina 25 mg/mL injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	3,10
104	267772	Cloridrato de Propranolol 40 mg	20.000	CP	0,07
105	396853	Cloridrato de Tetracaína 1% + Cloridrato de Fenilefrina 0,1% solução oftálmica estéril - Frasco 10 mL	500	FR	17,48
106	272341	Cloridrato de Tiamina 300 mg	20.000	CP	0,35
107	292382	Cloridrato de Tramadol 50 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	1000	AMP	1,80
108	292382	Cloridrato de Tramadol 50 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	1000	AMP	2,15
109	267425	Cloridrato de Verapamil 80 mg	15.000	CP	0,58
110	270495	Colagenase 0,6 UI + Cloranfenicol 0,01 g pomada - Bisnaga 30 g	500	TB	12,89
111	605566	Colecalciferol 50.000 UI - Comprimido em blister	800	CP	1,44
112	437109	Complexo B (alimento ou medicamento) – comprimido	60.000	CP	0,05
113	363088	Complexo B (B1, B2, B3, B5, B6) solução injetável IM/IV Ampola 2mL	500	AMP	2,65
114	274567	Complexo B + Frutose - Ácido Ascórbico - Ampola A 10 mL + Ampola B 10 mL	500	AMP	8,01
115	449138	Complexo B gotas - Frasco 20 mL	500	FR	3,53
116	292194	Decanoato de Haloperidol 50mg/mL solução injetável Ampola 1 mL	300	AMP	5,83
117	407328	Dimesilato de Lisdexanfetamina 30mg	300	CPS	13,64
118	276283	Deslanosídeo 0,2 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	3,60
119	287529	Desloratadina 5 mg	8000	CP	0,77
120	446495	Dexametasona 1 mg/g creme - Bisnaga 10 g	500	TB	3,85
121	300733	Dexametasona 2 mg/mL solução injetável IM/IV – Ampola 1 mL	500	AMP	1,12
122	269388	Dexametasona 4 mg comprimido	9000	CP	0,33
123	292427	Dexametasona 4 mg/mL solução injetável IM/IV – Ampola 2,5 mL	500	AMP	1,93
124	267195	Diazepam 5 mg - comprimido	60.000	CP	0,05
125	267194	Diazepam 5 mg/mL solução injetável IM/IV - Ampola 2 mL	1000	AMP	1,01
126	448612	Diclofenaco Dietilamônio 11,6 mg/g gel creme - Bisnaga 60 gr	1000	TB	4,40
127	270999	Diclofenaco Potássico 25mg/mL injetável IM - Ampola 3 mL	1000	AMP	3,43





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

128	271003	Diclofenaco Sódico 25 mg/mL solução injetável IM - Ampola 3 mL (75 mg)	1000	AMP	1,33
129	272478	Dicloridrato de Flunarizina 10 mg	300	CP	0,14
130	267647	Digoxina 0,25 mg	8000	CP	0,25
131	272335	Dimenidrinato 25 mg/mL + Piridoxina 5 mg/mL gotas Frasco 30 mL	500	FR	8,08
132	272336	Dimenidrinato 3 mg/mL + Cloridrato de piridoxina 5 mg/mL + Glicose 100 mg/mL + Frutose 100 mg/mL solução injetável - Ampola 10 ml	500	AMP	10,98
133	272333	Dimenidrinato 50 mg + Piridoxina 10 mg - comprimido	8000	CP	0,89
134	272334	Dimenidrinato 50 mg/mL + Piridoxina 50 mg/ml solução injetável - Ampola 1ml	500	AMP	2,24
135	273402	Dinitrato de Isossorbida 5 mg sublingual	500	CP	0,37
136	267205	Dipirona sódica 500 mg/mL gotas - Frasco 10 mL	1000	FR	1,61
137	268252	Dipirona sódica 500 mg/mL solução injetável IM/IV – Ampola 2 mL (1000 mg/mL)	1000	AMP	1,17
138	270590	Dipropionato de Betametasona 5 mg/mL + Fosfato dissódico de Betametasona 2 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	1000	AMP	4,45
139	269962	Domperidona 10 mg	15.000	CP	0,11
140	271036	Doxiciclina 100 mg – comprimido	10.000	CP	0,52
141	448982	Enoxaparina sódica 40 mg/0,4 mL Solução injetável IV - Seringa preenchida	500	AMP	18,11
142	448982	Enoxaparina sódica 60 mg/0,6ml Solução injetável - Seringa preenchida	500	AMP	25,03
143	268255	Epinefrina (Adrenalina) 1 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	500	AMP	1,42
144	272198	Etilefrina 10 mg/ml solução injetável - Ampola 1ml	500	AMP	1,98
145	272979	Fenazopiridina 100 mg	10.000	CP	0,85
146	267657	Fenitoína 100 mg comprimido	20.000	CP	0,25
147	269391	Fenitoína sódica 20 mg/mL solução oral - Frasco 60ml	500	FR	7,03
148	267107	Fenitoína sódica 50 mg/mL solução injetável - Ampola 5 mL	500	AMP	3,63
149	267660	Fenobarbital 100 mg	20.000	CP	0,22
150	300723	Fenobarbital 40 mg/mL solução oral - Frasco 20 mL	500	FR	5,04
151	300725	Fenobarbital sódico 100 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	2,40
152	300722	Fenobarbital sódico 200 mg/mL 1 mL solução injetável (IM) - Ampola 1 mL	500	AMP	2,59
153	292399	Fitomenadiona 10 mg/mL IM SC - Ampola 1ml	500	AMP	2,69
154	267662	Fluconazol 150 mg	5000	CP	0,69
155	380865	Fluocinolona Acetonida 0,250 mg + Sulfato de Polimixina 10.000 UI + Sulfato de Neomicina 3,5 mg + Cloridrato de Lidocaína 20 mg solução otológica - Frasco 10 mL	500	FR	6,53
156	268292	Folinato de cálcio 15 mg (ácido folínico)	2000	CP	3,16
157	267328	Fosfato de sódio monobásico + Fosfato de sódio dibásico (160 mg/mL + 60 mg/mL) frasco graduado de 130 mL	500	FR	8,20
158	267666	Furosemda 10 mg/mL solução injetável - Ampola 2 mL	500	AMP	1,20
159	270019	Gliconato de cálcio 10 % solução injetável 10 mL - Ampola 10ml	500	AMP	2,48
160	267541	Glicose 50% solução injetável - Ampola 10ml	500	AMP	0,68
161	433940	Guaco (Mikania Glomerata spreng) xarope 35 mg/mL Frasco 100 mL	500	FR	3,59
162	267669	Haloperidol 5 mg	20.000	CP	0,24
163	292196	Haloperidol 5 mg/mL solução injetável IV/IM - Ampola 1 ml	500	AMP	2,72
164	442584	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/mL solução injetável Ampola	300	AMP	3,83





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

		4 mL			
165	272796	Heparina sódica 5.000 UI/ 0,25 mL SC - Ampola 0,25 mL	500	AMP	10,30
166	272796	Heparina sódica 5.000 UI/mL IV - Frasco ampola 5ml	500	FR	19,58
167	624433	Hidrocortisona 10 mg/ml + Sulfato de Neomicina 5 mg/ml + Sulfato de Polimixina B 10.000 UI/ml Susp. Otológica gotas frasco 10 ml	500	FR	17,42
168	485862	Hidrogel para tratamento de feridas – Bisnaga 30 g	500	TB	21,14
169	395730	Hidróxido de Alumínio 60 mg/mL + Hidróxido de Magnésio 40 mg/mL -Frasco 100 mL	500	FR	5,12
170	294643	Ibuprofeno 50 mg/mL solução oral 30 mL - frasco	500	FR	2,71
171	267676	Ibuprofeno 600 mg - embalagem fracionável conforme RDC - ANVISA 80/2006	20.000	CP	0,34
172	383750	Lactulose 667 mg/mL xarope - Frasco 120 mL (alimento ou medicamento)	800	FR	5,72
173	433280	Levodopa 100 mg + Benserazida 25 mg - Comprimido simples sulcado	15.000	CP	1,51
174	305270	Levofloxacino 500 mg	5000	CP	1,24
175	268860	Levotiroxina sódica 125 mcg	20.000	CP	0,41
176	268124	Levotiroxina sódica 25 mcg	20.000	CP	0,30
177	268859	Levotiroxina sódica 75 mcg	20.000	CP	0,46
178	273467	Loratadina 1 mg/mL Xarope - Frasco 100 mL	500	FR	3,50
179	268856	Losartana Potássica 50 mg	10.000	CP	0,07
180	298454	Maleato de Dexclorfeniramina 0,4 mg/mL xarope - Frasco 100 mL	500	FR	2,61
181	267645	Maleato de Dexclorfeniramina 2 mg	10.000	CP	0,07
182	267652	Maleato de enalapril 20 mg	20.000	CP	0,07
183	272581	Maleato de Timolol 0,5 % solução oftálmica - Frasco 5 mL	500	FR	3,84
184	372335	Metronidazol 100 mg/g gel vaginal com aplicador - Bisnaga 50 g	500	TB	6,62
185	271355	Metronidazol 500 mg + Nistatina 100.000 UI - Bisnaga 50 g	300	TB	16,51
186	273711	Nimesulida 50 mg/mL gotas - Frasco 15 mL	300	FR	2,15
187	428012	Nistatina 100.000 UI + Óxido de Zinco 200 mg pomada – Bisnaga 60 g	500	TB	10,41
188	267378	Nistatina 100.000 UI/mL suspensão oral com conta gotas – Frasco com 50 mL	300	FR	7,09
189	268286	Nitrato de Miconazol 20 mg/g creme dermatológico - Bisnaga 28 g	500	TB	3,18
190	268162	Nitrato de Miconazol 20 mg/g creme vaginal com aplicador - Bisnaga 80 g	500	TB	9,45
191	268269	Nitrato de Miconazol 20 mg/g gel oral – Bisnaga 40 g	500	TB	45,85
192	268267	Nitrato de miconazol 20 mg/g loção - Frasco 30 mL	300	FR	5,27
193	268277	Ocitocina 5 UI/mL solução injetável - Ampola 1 mL	300	AMP	5,35
194	271621	Olanzapina 10 mg	8000	CP	0,52
195	233632	Óleo Mineral 100% para uso oral - Frasco 100 mL	500	FR	4,37
196	268160	Omeprazol 40 mg pó líofilo para solução injetável + diluente 10 mL - frasco/ampola	2000	AMP	11,55
197	329508	Palmitato de Retinol + Colecalciferol + Fosfato Sódico de Riboflavina + Ácido Ascórbico + Cloridrato de Piridoxina + Dexpantenol + Acetato de Racealfatocoferol + Nicotinamida solução injetável - Ampola 10 mL	1000	AMP	10,09
198	267777	Paracetamol 200 mg/mL solução oral - Frasco 15 mL	1000	FR	1,51
199	267778	Paracetamol 500 mg	80.000	CP	0,11
200	267773	Permetrina 10 mg/mL Loção – com pente fino – Frasco 60 mL	500	FR	3,41





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 193/2025 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 068/2025
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO - UASG: 988675 - Nº 90.014/2025

201	312388	Permetrina 10 mg/mL shampoo - Frasco 60 mL	500	FR	12,79
202	363597	Permetrina 50 mg/mL loção - Frasco 60 mL	500	FR	4,30
203	268158	Pirimetamina 25 mg	2000	CP	0,09
204	440053	Polissulfato de Mucopolisacarídeo 3mg/ml gel tópico/Bisnaga 40gr	500	TB	17,47
205	448595	Prednisolona 3 mg/mL solução oral - Frasco 100 mL	1000	FR	7,74
206	448595	Prednisolona 3 mg/mL solução oral - Frasco 60 mL	1000	FR	4,77
207	448597	Prednisona 20 mg	25.000	CP	0,27
208	448596	Prednisona 5 mg	25.000	CP	0,09
209	271140	Rifamicina sódica 10 mg/mL spray - Frasco 20 mL	500	FR	6,62
210	284106	Risperidona 1 mg/ml solução oral - Frasco 30 ml	500	FR	7,59
211	284105	Risperidona 3 mg	10.000	CP	0,22
212	448616	Sacarato de hidróxido férrico 20 mg/mL solução injetável 5 mL (IV)	500	AMP	12,13
213	485303	Saccharomyces boulardii 250 mg – Cápsula	1000	CPS	2,75
214	485304	Saccharomyces Boulardi 200 mg, pó oral ENV 1 g	700	ENV	3,05
215	479701	Sais para reidratação oral (cloreto de sódio, glicose anidra, cloreto de potássio, citrato de sódio diidratado) pó para solução oral - ENV 27,9 g	500	ENV	1,05
216	412966	Simeticona 75 mg/mL emulsão oral - Frasco 15 ml	500	FR	2,07
217	267745	Sinvastatina 40 mg	30.000	CP	0,19
218	276658	Succinato de Metoprolol 100 mg comprimido de liberação controlada	30.000	CP	0,94
219	342135	Succinato sódico de hidrocortisona 100 mg pó para solução injetável + diluente - Frasco/ampola	500	AMP	4,63
220	342134	Succinato sódico de hidrocortisona 500 mg pó para solução injetável + diluente - Frasco/ampola	500	AMP	6,89
221	414614	Sulfadiazina de prata 10 mg/g - Bisnaga 50 g	300	TB	7,61
222	308884	Sulfametoxazol 40 mg/mL + Trimetoprima 8 mg/mL suspensão oral - Frasco 100 mL	500	FR	5,45
223	308882	Sulfametoxazol 400 mg + trimetoprima 80 mg – comprimido	10.000	CP	0,25
224	268381	Sulfato de Amicacina 250mg/ml solução injetável IM/IV ampola 2ml	500	AMP	7,02
225	268214	Sulfato de atropina 0,25 mg/mL solução injetável - Ampola 1 mL	400	AMP	1,60
226	268076	Sulfato de Magnésio 10 % solução injetável – Ampola 10 mL	500	AMP	1,38
227	271392	Sulfato de Morfina 10 mg - comprimido	1000	CP	0,96
228	271394	Sulfato de Morfina 10 mg/mL - Frasco 60 mL	300	FR	28,33
229	304871	Sulfato de Morfina 10 mg/ml solução injetável - Ampola 1 mL	500	AMP	3,15
230	273167	Sulfato de Neomicina 5 mg + Bacitracina 250 UI pomada - Bisnaga 10 g	1000	TB	2,49
231	449687	Sulfato de Polimixina B 10.000 UI + Lidocaína 43,4 mg, Solução otológica - frasco 10 mL	300	FR	11,78
232	292331	Sulfato de Salbutamol 0,4 mg/mL xarope - Frasco 120 mL	300	FR	2,55
233	294887	Sulfato de Salbutamol 100 mcg/dose aerossol oral - Frasco 200 doses	1000	FR	16,03
234	269818	Sulfato de Terbutalina 0,5 mg/mL EV/SC - Ampola 1 mL	300	AMP	2,57
235	292344	Sulfato Ferroso 109 mg (Equivalente a 40 mg de Ferro elementar) - alimento ou medicamento	20.000	CP	0,06
236	292345	Sulfato Ferroso 125 mg/mL (Equivalente a 25 mg/mL de Ferro elementar) -alimento ou medicamento - gotas - Frasco 30 mL	200	FR	1,39
237	268352	Tartarato de Brimonidina 2 mg/mL solução oftálmica - Frasco 5 mL	300	FR	5,91
238	268442	Cloreto de Suxametônio 100 mg pó para solução injetável	50	AMP	24,05





239	434473	Triancinolona acetonida 1 mg/g orobase pomada - Bisnaga 10 g	5000	TB	4,29
TOTAL ESTIMADO R\$ 1.137.563,50 (um milhão, cento e trinta e sete mil, quinhentos e sessenta e cinquenta reais)					

1.5. A demanda indicada acima, refere-se ao quantitativo estimado para o período de 12 (doze) meses, por isto, a contratada compromete-se a fornecer os mesmos de forma parcelada durante a vigência contratual, conforme a necessidade do Município.

1.6. Optou-se pelo uso do Sistema de Registro de Preços, fundamentado no inciso II, do art. 40º, da Lei Federal nº 14.133/2021, uma vez que convém a este Órgão, a entrega parcelada dos bens, de acordo com a efetivação das necessidades previstas e a disponibilidade orçamentária.

II. Este Órgão não realizou o procedimento público de intenção de registro de preços na fase preparatória deste processo licitatório, para a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata, pois este será o único contratante, conforme previsão § 1º do Art. 86º da Lei 14.133/2021.

III. Demais órgãos e entidades poderão aderir à ata (s) de registro de preços oriunda deste processo licitatório, na condição de não participantes, observados os demais incisos do Art. 86 da mesma lei.

1.7. Nos termos do art. 83 da Lei 14.133/2021, “A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada”.

2 - DO ENDEREÇO, DATA E HORÁRIO DO CERTAME:

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de uma chave de acesso e senha, no endereço eletrônico, data e horário abaixo discriminados:

Endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br

UASG: 988675 - Pregão Eletrônico nº 90.014/2025

DATA: 04/04/2025 (Dia Quatro do Mês de Abril do Ano de Dois Mil e Vinte e Cinco)

HORÁRIO: 09:00 (Nove Horas), (horário de Brasília).

2.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme a descrição constante no Modelo de Proposta - Anexo II do presente edital.

2.4. O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação, serão alocados quando da formalização de contratos simplificados e emissão das Notas de Empenho de Despesa.

4 - DO CREDENCIAMENTO:

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória de Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los





atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

I. **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL** (Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 5.122 de 26 de junho de 2014).

II. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

5.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

I. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

II. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

III. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos Art. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

i. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

ii. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte

IV. Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

V. Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

VI. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

VII. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

VIII. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5.4. DAS VEDAÇÕES:

I. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

i. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

ii. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,





colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

iii. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

iv. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

v. Agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

II. O impedimento de que trata a alínea “I” do item 5.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

III. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos (conforme item 10 deste Edital), a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, logo após o encerramento da etapa de envio de lances da sessão pública, conforme subitem 8.21 deste edital.

I. Conforme Inciso II do Art. 63 da Lei 14.133/2021 na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

“Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, ...”, portanto os documentos de habilitação e/ou complementares ao SICAF, deverão ser encaminhados juntamente com a proposta vencedora conforme subitem 8.21 deste edital.

II. Não haverá Garantia de Proposta como requisito de pré-habilitação (Art. 58 Lei 14.133/2021).

6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

6.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I. Valor total (se possível incluindo o valor unitário do item/subitem);

II. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia,

III. Os preço unitário e total, em reais, **com até 4 (quatro) casas decimais**, expresso em algarismos, em moeda nacional e, de preferência, por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência, para todos os





itens e subitens.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

I. **EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO INSERTAS NO SIASNET E AS DESTE EDITAL, PREVALECERÃO AS CONSTANTES NESTE EDITAL.**

II. Para sanar alguma divergência, todos os itens inseridos no Sistema SIASNet, contem no campo "Observações do Item" a descrição constante no edital.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. **A documentação correspondente à proposta, deverá ser anexada, sob pena de desclassificação.**

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

I. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

II. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

III. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

I. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,1 % (zero vírgula um por cento).

8.9. O modo de disputa será aberto e fechado, onde a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 15 (quinze) minutos.

8.10. Encerrado o prazo previsto no item 8.9 o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.11. Encerrado o prazo de que trata o item 8.10, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10 (dez) por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 8.11, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.13. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.10 e 8.11., o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.14. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.10 e 8.11 haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 3 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance





final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.13.

8.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.14.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

i. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

ii. Empresas brasileiras;

iii. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

iv. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

I. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

II. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

I. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da





remuneração.

9.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

I. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

II. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do serviço ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

9.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

I. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

II. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

10 - DA HABILITAÇÃO:

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I. SICAF;

II. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

III. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

i. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

ii. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

iii. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

IV. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº





03, de 2018.

I. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

II. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

III. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a (s) certidão (ões) válida (s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

10.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

I. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.7. Ressalvado o disposto no item 6.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10.8. Habilitação Jurídica:

I. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

i. Se Microempreendedor Individual, a apresentação do Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI substituirá o CNPJ e a inscrição na Junta Comercial.

III. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

IV. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz, no caso de ser participante sucursal, filial ou agência;

V. No caso de sociedade simples, a inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

VI. No caso de cooperativa, a ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

VII. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, o decreto de autorização;

VIII. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

10.9. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do





Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

V. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

VIII. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

IX. Mesmo que o licitante seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.10. Qualificação Econômico-Financeira:

I. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Falência ou de Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento, quando esta não contiver data de validade, havendo mais de um cartório distribuidor deverá ser apresentado documento hábil do órgão judiciário informando o número de distribuidores;

i. Em caso de dúvida ou manifestações contrárias ao documento apresentado pelo licitante, o Pregoeiro diligenciará para sanar as divergências, sendo o mesmo inabilitado se ficar comprovado a existência de mais de um cartório distribuidor na sede da licitante;

II. O Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios exigíveis e apresentáveis na forma da Lei, ou seja, registrados na Junta Comercial ou Órgão competente que comprovem a boa situação financeira da empresa:

i. Os documentos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

ii. Para comprovação da boa situação financeira, serão utilizados os seguintes indicadores mínimos para verificação da situação financeira das empresas:

$$\begin{array}{l} \text{AC} \\ \text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{igual ou superior a } 1,00 \\ \text{PC} \\ \text{AC} + \text{ARLP} \\ \text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{igual ou superior a } 1,00 \\ \text{PC} + \text{PELP} \\ \text{GRAU DE ENDIVIDAMENTO: } \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{AT}} = \text{igual ou menor que } 1,00 \\ \text{AT} \end{array}$$

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; ARLP = Ativo Realizável à Longo Prazo; AP = Ativo Permanente; AT = Ativo Total; PC = Passivo Circulante; PELP = Passivo Exigível à Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido.

Obs.: Os índices previstos acima poderão ser substituídos por Demonstração de Patrimônio Líquido, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

10.11. Qualificação Técnica:

I. A licitante deverá apresentar os seguintes documentos para habilitação no certame licitatório:

i. Licença Sanitária Estadual e/ou Municipal.

ii. Certificado de Registro no Conselho Regional de Farmácia ou do respectivo Conselho da categoria do licitante;





iii. Certificado de Registro do Produto emitido pela ANVISA, dentro de seu período de validade (poderão ser apresentados através da emissão do site eletrônico da ANVISA, original, cópia autenticada ou publicação no Diário Oficial da União), para todos os itens que possuem Registro na ANVISA;

a) Os Registros de todos os itens ofertados deverão ser identificados (numerados), bem como identificada a apresentação de comercialização (identificada ou grifada) ofertada dentro do Registro ou Cadastramento na ANVISA, sob pena de desclassificação do item.

b) Caso algum produto não possuir obrigatoriedade de apresentação dos documentos citados, o licitante deverá apresentar comprovação de sua isenção, igualmente identificado, sob pena de desclassificação do item.

iv. Autorização de funcionamento (AFE e/ou AFE Especial) ativa, expedida pela ANVISA, ou comprovante do pedido de renovação, com a comprovação do pagamento da respectiva taxa.

10.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

I. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.13. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme modelo Anexo II, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

I. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

II. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

III. O valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso, para os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no Art. 52 Lei 14.133/2021;

IV. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

I. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, vinculam a Contratada.

11.3. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.4. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.





11.5. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS:

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 10 (dez) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

II. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

III. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

IV. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem *contrarrazões* também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

V. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.3. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, no tocante ao item ao qual o recurso se referir, inclusive quanto ao prazo de validade da proposta, o qual somente recomeçará a contar quando da decisão final da autoridade competente.

12.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul, situada na rua General João Antônio, nº 1305, bairro Centro, São Vicente do Sul/RS, em dias úteis, no horário de 08:00 às 14:00.

12.7. Os recursos interpostos, deverão ser enviados via sistema COMPRASNET ou pelo e-mail pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

13 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

I. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

II. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

III. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

I. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, facsímile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

II. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.





14 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 - DA VIGÊNCIA E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

15.1. A Ata de Registro de Preços oriunda do processo licitatório terá vigência de 12 (doze) meses, desvinculada da duração dos créditos orçamentários, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso ao município, conforme Art. 84 da lei nº 14.133/2021.

15.2. A licitante vencedora deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, apresentar-se para assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato Simplificado, sob pena de desclassificação da proposta, além das penalidades previstas neste termo.

15.3. Não será permitida a subcontratação parcial ou total do objeto licitado.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto contratado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificado, constando o recebimento, por parte do servidor responsável, designado para tal.

I. Para efetivo pagamento, na Nota Fiscal deverá constar as retenções referente ao IRRF conforme Decreto Municipal nº 081/2022 (Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012).

II. Serão processadas as retenções previdenciárias, ISSQN e Imposto de Renda, quando for o caso, nos termos da legislação vigente.

I. A nota fiscal emitida pelo licitante vencedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número da modalidade da licitação e o número do empenho, para acelerar o trâmite de recebimento do serviço prestado e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

II. O pagamento será creditado em conta corrente da empresa, através de Ordem Bancária contra qualquer instituição bancária indicada na proposta, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

III. Os pagamentos serão concretizados em moeda vigente do país.

IV. Para execução do pagamento de que trata este subitem, a Contratada deverá fazer constar como beneficiário/cliente da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, o Município de São Vicente do Sul - RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

V. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao licitante vencedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

VI. Qualquer erro ou omissão havidos na documentação fiscal ou na fatura será objeto de correção pela empresa e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente regularizado.

VII. O Município reserva-se o direito de recusar efetuar o pagamento se, no ato do atesto, o objeto licitado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita neste Termo de Referência.

VIII. Nos pagamentos realizados após a data de vencimento, incidirão juros de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, calculado pro rata die até a data do efetivo pagamento.

IX. A fiscalização poderá deduzir nas faturas os valores das multas porventura aplicadas pela fiscalização, e o valor dos prejuízos causados pela contratada, em decorrência da execução do objeto.

17. DA FISCALIZAÇÃO:

17.1. O acompanhamento e a fiscalização do objeto deste termo serão exercidos por meio de representante (s), designados pela Contratante, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à Contratada, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021:





§ 1º O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.2. Não obstante ser a Contratada a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.

17.3. Cabe à Contratada atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a CONTRATANTE, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da Contratada, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.

18. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

18.1. A entrega do objeto licitado será feita de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, após a homologação e assinatura da Ata de Registro de Preços e emissão da Nota de Empenho, de acordo com as quantidades requisitadas, nas condições e prazos estabelecidos abaixo.

I. A nota de empenho/ordem de entrega será enviada para o e-mail informado pela empresa na proposta de preços, sendo que a empresa licitante terá no máximo 24 (vinte e quatro) horas para confirmar o seu recebimento (para então iniciar a contagem dos prazos de entrega dos produtos).

II. A entrega provisória dos produtos deverá ser feita em até 15 (quinze) dias úteis, no endereço indicado nas Notas de Empenho de Despesa/Ordem de Entrega após seu recebimento.

III. Verificada a não conformidade na entrega dos materiais, o licitante vencedor deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, providenciando a retirada dos mesmos e o respectivo reenvio, sem ônus de frete para a Administração, que em caso de recusa estará sujeito às penalidades previstas neste termo.

IV. A entrega definitiva dos materiais, será efetivada logo após a conferência do mesmo pelo fiscal, desde que em conformidade com as exigências deste termo.

V. A nota fiscal deverá obrigatoriamente ser entregue junto com os produtos.

19. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

19.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou não-aplicação de sanções, a ser firmada entre a Licitante Vencedora e o Município os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a atrasar a entrega do produto licitado no local onde estiver sendo executado o objeto licitado:

I. Greve geral;

II. Calamidade pública;

III. Interrupção dos meios de transporte;

IV. Condições meteorológicas excepcionalmente prejudicadas; e

V. Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

19.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Licitante Vencedora.

19.3. Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de força maior, o fato deverá ser comunicado ao Município, até 24 (vinte e quatro) horas após a ocorrência.

19.4. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 (vinte e quatro horas) horas antes do dia de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.





20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

20.1. As sanções administrativas serão aplicadas conforme segue:

- I. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - i. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - ii. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - iii. Dar causa à inexecução total do contrato;
 - iv. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - v. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - vi. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - vii. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - viii. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - ix. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - x. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - xi. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - xii. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- II. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no subitem I deste termo, as seguintes sanções:
 - i. Advertência;
 - ii. Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
 - iii. Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da administração pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
 - iv. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- III. As sanções previstas nas alíneas “i”, “iii” e “iv” do subitem I do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “II” do mesmo item.
- IV. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no subitem II do presente termo.
- V. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- VI. A aplicação das sanções previstas no subitem II deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- VII. Na aplicação da sanção prevista no subitem II, alínea “ii”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- VIII. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “iii” e “iv” do subitem II do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- IX. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- X. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- XI. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de





coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

XII. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- i. Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- ii. Pagamento da multa;
- iii. Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- iv. Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- v. Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

XIII. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “viii” e “xii do subitem II do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

21.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração dos preços registrados caso ocorra o desequilíbrio econômico financeiro do contrato, conforme disposto no Art. 124, Inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021: *“para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato”.*

22. DA EXTINÇÃO

22.1. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

22.2. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

23.1. São Obrigações da Contratante

- I. Efetuar o devido pagamento à Contratada, nos termos do presente instrumento;
- II. Dar à Contratada as condições necessárias à regular execução do contrato;
- III. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada neste termo e no contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
- IV. Designar servidor pertencente ao quadro da Contratante, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do licitado;
- V. Cumprir e fazer cumprir todas as demais cláusulas do presente termo.

23.2. São Obrigações da Contratada

- I. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do presente termo, bem como nos termos da sua proposta;
- II. Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas





aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

V. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à Contratada o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

VI. Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à Contratante e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VII. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VIII. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação.

IX. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

24.1. Em até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.2. As impugnações deverão ser enviadas ao Pregoeiro, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, preferencialmente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço: pregoeiro@saovicentadosul.rs.gov.br.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

I. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originariamente. Podendo desconsiderar excessos de formalismos que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

I. A inobservância do prazo fixado pelo Pregoeiro para a entrega das respostas e/ou informações solicitadas em eventual diligência ou ainda o envio de informações ou documentos considerados insuficientes ou incompletos ocasionará a desclassificação da proposta.

25.2. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul o direito de, no seu interesse, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes, na forma da legislação





vigente.

25.3. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas Propostas e a Prefeitura Municipal de São Vicente do Sul não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.4. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.5. Os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante e datados dos últimos 30 (trinta) dias até a data de abertura da sessão de licitação, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor (a) e não tiver cadastrado no SICAF.

25.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

I. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município de São Vicente do Sul.

25.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Proposta, durante a realização da sessão pública desta licitação.

25.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

25.9. As licitantes, após a publicação oficial deste Edital, ficarão responsáveis pelo acompanhamento das eventuais republicações e/ou retificações de Edital, respostas a questionamentos e impugnações ou quaisquer outras ocorrências que porventura possam ou não implicar em mudanças nos prazos de apresentação da proposta e da abertura da sessão pública.

25.10. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

25.11. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 14.133/2021.

26. SÃO PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço;

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IV –Modelo de Declaração Conjunta.

As questões relativas ao presente Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de São Vicente do Sul - RS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Vicente do Sul, 20 de março de 2025.

Fernando da Rosa Pahim
Prefeito Municipal

Este Edital foi examinado e aprovado em 20/03/2025 pelo Setor Jurídico Municipal

Fabricio Della Pace Rosa
OAB nº 106446
Assessor Jurídico - Portaria nº 002/2025

